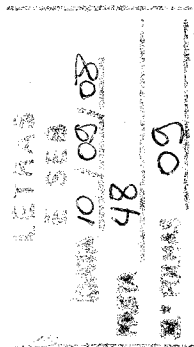


PIERRE VILAR

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ANÁLISE HISTÓRICA

1250



EDITORIAL PRESENÇA

IX

O TEMPO DO «QUIXOTE» (*)

Os centenários têm a vantagem de nos recordar que as obras-primas *têm uma data*. Demasiados pensamentos em fuga perante a história fazem hoje da história do pensamento «uma série descontínua de totalidades singulares». Mas aqueles a quem o futuro não espanta atrevem-se a saborear com pleno gozo a densa beberagem de história concreta que qualquer obra-prima destila. Com efeito, não há estrutura tão estranha nem conjuntura tão remota que a inteligência do homem não nos permita penetrar, quando esta se arma (e se nós nos armarmos) de simpatia pelo homem. Tudo isto é bem verdadeiro no que se refere ao *D. Quixote*, este livro «universal», este livro «eterno», que continua a ser antes de tudo *um livro espanhol de 1605*, que não recupera *todo* o seu sentido senão no coração da história.

I. 1598-1620. A crise do poderio e da consciência espanhóis

Disse-se e repetiu-se que seria vão pedir a Cervantes uma interpretação da «decadência» do seu país, «na medida em que ele não poderia prevê-la» (*). Isto traduz um desconhecimento da cronologia. Com efeito, se a palavra *crise* define a passagem de uma conjuntura de desabamento, não há dúvida de que é entre 1598 e 1620 — entre a «grandeza» e a «decadência» — que há que situar a *crise* decisiva do poderio espanhol e, ainda com maior segurança, a primeira grande

(*) «Le temps du *Quichotte*», *Europe*, Janeiro de 1956, págs. 1-16.

(†) Morel-Fatio, *Études sur l'Espagne*, I, pág. 330; A. Castro, *El pensamiento de Cervantes*, pág. 219.

crise de dúvida dos espanhóis. E não esqueçamos que as duas partes do *D. Quixote* são de 1605 e 1615.

Claro que isso é discutível. A moeda castelhana só se afunda em 1625, a unidade ibérica em 1640, a «famosa infantaria» em 1643. Por outro lado, quase um século antes, em 1558, imediatamente após uma célebre bancarrota do Estado, já o *Memorial* de Luis Ortiz fizera o primeiro (e não o menos vigoroso) dos prognósticos sombrios sobre a saúde da Espanha.

Mas o reinado de Filipe II consistiria naquela espécie de alternância de tempestades e de acalmias que anima os povos ameaçados a acreditar no milagre. San Quintín fez esquecer a bancarrota, Lepanto a rebelião dos mouriscos e a dos «gueux» (*). Quando a Armada foi dispersa, a união hispano-portuguesa — o império dos três oceanos — não contava sequer dez anos. A Espanha parecia encontrar-se, se não nas províncias, pelo menos em pleno meio-dia da sua aventura. A prata chegava das Índias mais abundante do que nunca. Para os ouvidos esclarecidos, as queixas da Corte soavam muito provavelmente como uma medíocre gritaria pequeno-burguesa.

Tais sinais, contudo, têm sempre um sentido. Mal se extinguiu o velho rei em El Escorial, no Outono de 1598, já os espanhóis clari-videntes se atrevem a proclamar: a decadência está aí. E alguns afirmam: é o abismo. No prólogo de um Memorial enviado em 1600 a Filipe III está escrito que sendo as virtudes do novo príncipe iguais às do defunto pai, a República tem assegurado o seu ressurgimento «por mais caída que esteja». Tratar-se-á de uma insolência? O contexto demonstra que não. Mas esta forma de demolir em cinco palavras todo um efeito oratório é o processo favorito (desta feita muito calculado) sobre o qual se construirá o *D. Quixote*. Chegou o tempo em que a Espanha vai confrontar as suas realidades com os seus mitos, para rir ou para chorar.

Duras realidades as do ano de 1600. No auge da grande subida dos preços do século XVI, em que a Espanha marchou à cabeça, a alta exacerba-se repentinamente. O trigo andaluz passa de 430 maravedis por fanga, em 1595, para 1.401 em 1598; o trigo castelhano, de 408 em 1595 para 908 em 1598. E mesmo assim não correspondem à alta real. A tabela, tão frequentemente desrespeitada, consegue impor-se em alguns casos⁽¹⁾. Mas, quando tal acontece, é o produtor quem fica prejudicado: durante os últimos cinco anos do século pululam os libelos a favor ou contra a «tabela do pão», a

favor ou contra os «depósitos de cereais» ou os «montepios». O doutor Cristóbal Pérez de Herrera, médico das galeras, pretende organizar o auxílio aos pobres. O que se organiza é a repressão contra os vagabundos. De 1559 a 1601, «a fome sobre a Andaluzia» une-se à «peste que desce de Castela»⁽²⁾: a peste *bubónica*, a mais terrível embora desta vez não venha do Mediterrâneo, mas surge simplesmente, diz-nos o doutor Herrera, «entre os pobres desprovidos de todos os meios de vida». «Destrói em Espanha a maior parte dela», sobretudo a Espanha interior⁽³⁾.

E se tais sangrias, clássicas nas economias antigas, eram em geral compensadas com rapidez, agora a calamidade alimentou-se numa demografia desgastada: cidades superpovoadas, campos ermos. O défice humano perdurará. A partir de 1600, o «despovoamento» espanhol, que era já um assunto debatido nos textos, traduz-se nos números, tanto dos censos como dos salários. Um hortelão de Castela que cobrava 3.470 maravedis em 1599, recebe 9.000 em 1603. De 1601 a 1610, o «salário real» do trabalhador espanhol dá um salto único na sua história⁽⁴⁾. Significa isto o advento de uma idade de ouro para os trabalhadores? Não, visto que já não há trabalhadores, quer dizer, não os há *assalariados*. Com efeito, o arrendatário castelhano ou o semi-servo mourisco lavram ainda um solo caprichoso. Segue-se a louca dança dos preços do cereal: entre 1602 e 1605, a fanga de trigo andaluz passa de 204 para 1.301 maravedis. A fome aparece de novo. Mas a carestia (ou melhor, a ausência) da mão-de-obra é para a economia castelhana uma sentença de morte. Em 1620, o florescimento dos libelos não se refere já à «tabela do pão», mas à enlouquecedora invasão de mercadorias estrangeiras.

A coisa é tanto mais grave quanto «o nível geral de preços» baixa desde 1601. O facto é o mesmo, mas a história é outra. A prata das Índias chega com menos rapidez, ou melhor, *chega mais cara*. Também aí, no México ou no Peru, a exploração do homem atingiu os seus limites. Uma descida terrível na população⁽⁵⁾ obriga agora os donos das minas a voltarem-se para a grande propriedade agrícola

(*) Nome dado aos calvinistas e nobres flamengos que em 1566 se uniram contra a administração espanhola (durante o reinado de Filipe II) (N. R.).

(1) E. J. Hamilton, *American Treasure and the Price Revolution in Spain*, apêndice V. Em Castela a Velha, os preços praticados são de tabela, não de mercado livre.

(2) Assim o diz Mateo Alemán no capítulo II do livro II do seu *Guzmán de Alfarache* (1599), edição Aguilar, pág. 237, «Novelas picarescas»: «Livre-te Deus da doença que desce de Castela e da fome que sobe da Andaluzia».

(3) Cristóbal Pérez de Herrera, *Dubitaciones ad maligni popularisque morbi qui nunc in tota fere Hispania grassatur exactam medellam...*, Madrid, 1599, fol. 3. Martín González de Cellorigo, *Memorial de la política necesaria y útil restauración de la república de España*, Valladolid, 1600, 1.ª parte.

(4) Hamilton, *op. cit.*, cap. «Wages: Money and Prices» e apêndice VII.

(5) Woodrow Borah, *New Spain's Century of Depression*, University of California, 1951, indica para o México, em 1519, 11 milhões de habitantes; em 1597, 2 500 000; em 1607, 2 000 000.

semifeudal⁽¹⁾. A alta dos preços expressos em prata irá deter-se, começando pela Espanha. Um dos mecanismos do parasitismo colonial que a nutria — muito acima dos seus meios, artificialmente — acabava de parar.

Mas pode a Espanha resignar-se a isso? Os costumes sumptuários dos grandes, os enormes gastos do Estado, a generalização das dívidas não o permitem. Recebendo menos moeda boa e tendo de enviá-la para o exterior, a Espanha fabricará outra má para uso interno: com o século inicia-se a grande cunhagem de cobre, a máquina de fazer notas da época. Entre 1600 e 1610, as Cortes e os teóricos monetários, criticando sem cessar esta política, predizem a catástrofe⁽²⁾.

Ao estupefaciente económico da inflação vem juntar-se, em 1609, o estupefaciente social. A opinião inquieta oferece-se a diversão da expulsão dos mouriscos. Trata-se de um resíduo dos mouros vencidos, convertidos pela força mas não assimilados, carroceiros ou tendeiros, por vezes, mas mais frequentemente camponeses que viviam em comunidades fechadas, ao serviço dos grandes senhores da Reconquista: problema colonial no seu próprio território, que a Espanha arrastou durante dois séculos sem o resolver⁽³⁾. Por volta de 1600, depois de tantas revoltas, repressões, expulsões e transferências em massa, o perigo de uma sublevação geral era provavelmente um mito. Mas a desconfiança para com o falso cristão, a «casta ruim», o espião, o saqueador, o traficante que acumula ducados, fazem do mourisco a vítima propiciatória de uma época de crise. É acusado de ser *demasiado prolífico e de viver do nada*: eis os verdadeiros agravos⁽⁴⁾. A classe média castelhana, à beira da ruína, inveja aos grandes senhores esta mão-de-obra colonial. Mas estes obtêm, como contrapartida da expulsão, a anulação das suas dívidas⁽⁵⁾. Assim, em vez de assestar um golpe na economia feudal, a medida recai sobre os seus credores: lavradores ricos, burgueses. Por isso, e porque há que aceitar o número de 500 000 expulsos⁽⁶⁾, reconhece-se de novo

hoje⁽¹⁾ a importância da expulsão noutros tempos discutida. O reino de Valência perde um bom terço dos seus habitantes. Depois de terminada a operação, a opinião pública, que a havia reclamado e a proclama obra santa, não fica livre de inquietações⁽²⁾.

Haverá necessidade de acrescentar que a tamanhos abalos corresponde igual crise do aparelho do Estado? Dom Quixote desperta uma manhã sob um cacho de bandoleiros enforcados e rodeado de outros quarenta vivos, «por onde depreendo — diz — que devo estar perto de Barcelona»⁽³⁾. Trata-se de um conto? Não, é exacta realidade. Mais ainda: é precisamente *entre 1605 e 1615* que há que situar a fase aguda do bandoleirismo catalão. O vice-rei Almazán, não querendo passar «por fraco», incendeia e enforca; mas os bandoleiros encarcerados negociam a troca de dinheiro com a esposa e a filha do vice-rei⁽⁴⁾. O seu sucessor, o duque de Albuquerque, promete condenar todo o Principado às galés, mas tem de chegar por mar a Barcelona, pois em terra — como diz o bispo de Vic — «os bandoleiros são mais senhores da terra que o rei»⁽⁵⁾. Chegou-se quase a uma dissidência. O povo, como dom Quixote, sente simpatia pelos chefes de quadrilha, e a repressão nunca os surpreende⁽⁶⁾. Além disso, como prelúdio de futuras secessões, Madrid desconfia de Barcelona, e Barcelona critica Madrid. Oíçamos os enviados barceloneses à Corte:

«E por estar a terra tão infamada e infestada de ladrões, e sobretudo por terem o seu poiso ao redor de Barcelona, leva-se muito a mal e tratam-nos aqui como a negros... Há gente nos negócios que não nos quer bem; não entendem... Entregam-se a discussões sobre festas, todos se divertem em festas, jogos e caçadas. E que ardam o mundo e os negócios!»

(1) F. Chevalier, *La formation des grands domaines au Mexique*, 1952, págs. 234 e segs.

(2) *Actas de las Cortes* (Castela), XVIII, págs. 157, 568, 596; XIX, pág. 443, etc., e P. Juan de Mariana, *Tratado de la moneda de vellón que al presente se labra en Castilla*, 1609 (entre outros autores).

(3) F. Braudel, *La Méditerranée au temps de Philippe II* (*), págs. 576-582.

(4) Cervantes, *Coloquio de los perros* (Obras, ed. Aguilar, p. 1285). Insiste, talvez com ironia, nestes dois argumentos, clássicos na vintena de obras escritas para justificar a expulsão.

(5) J. Reglà Campistol, «La expulsión de los moriscos y sus consecuencias», *Hispania*, LI, LII, 1953, demonstra a importância deste facto até agora negligenciado.

(6) Lafeyre reduziu este número para 260 000.

(1) *Ibid.* contra Hamilton, que reduzia a 100 000 o número de expulsos e negava as consequências económicas da expulsão porque os salários não sofreram alta. Mas poderiam elevar-se ainda mais?

(2) Inquietação sentida já antecipadamente por certas pessoas: Antes quero que o Senhor me leve do que ver tais males sem poder remediá-los, dizia o Patriarca de Valência em carta dirigida a Filipe III, de 19-XII-1608.

(3) *Don Quijote*, II, 60.

(4) Arquivo Histórico Municipal de Barcelona: série «Lletres closes», 1612, f. 196.

(5) Ferran Soldevila, *Història de Catalunya*, 1.ª edição, II, pág. 258, n.º 4, texto de 1615.

(6) Gilabert, *Discursos sobre la calidad del Principado de Cataluña*, Disc. I, f. 9 v.

Assim falava, em 1614, o irmão Franch. E o advogado Rossell dizia, em 1615:

«O rei e os seus ministros actuam tão lentamente em tudo que é a coisa mais lamentável do mundo. Importunam os embaixadores do Papa, do rei de França, dos venezianos, do imperador e outros ainda, para pacificar o conflito de Itália, e nunca acabam por se decidir, o que por último será necessário... Faz já dois anos que os inimigos começaram a inquietar as Filipinas... Nada se resolveu, e agora ficamos a saber que o inimigo se apoderou totalmente delas e matou muitos soldados que faziam parte da guarnição. Em resumo, o nosso bom rei é um santo, mas com os seus escrúpulos nunca chega a nenhuma conclusão. Os seus ministros preferem jogar toda a noite e levantar-se ao meio-dia em vez de se ocuparem da guerra. Assim, hoje não se fala de outra coisa que não sejam as festas do duque de Lerma. E que se queixe a quem doer!»

Para se ser recebido por «estes senhores» são necessários três dias na antecâmara com os confidentes e os confessores, o que não impede que exista uma grande burocracia.

«Os trabalhos que aqui tivemos com memoriais e informações não tenho palavras para dizê-lo... E de dez pessoas consultadas não há uma única que saiba do que se trata!»⁽¹⁾

Abordamos aqui um mal famoso: a mania dos memoriais ou «arbitrismo». Mas convém não confundir o «canudo» vendido por um real à esquina de uma rua (pois isto fazia-se) com a receita de um técnico, a queixa de uma corporação ou o pensamento de um «repúblico» forjado na secretária de um jurista ou na cela de um monge. Porém, desta profusão brota uma certeza: a crise não foi menos aguda nas consciências do que nos factos. Criticar o historiador por atribuir aos homens da época preocupações modernas, equivale a crer que a *Konjunkturforschung* revelou ao comerciante a angústia da bancarrota e que o jornal sindical deu a conhecer a fome ao operário desempregado. A tinta dos que emitem conselhos correu tanto na Espanha de 1600 como viria a correr nos Estados Unidos de 1930. Em suma, uma miscelânea enorme com algumas páginas luminosas. E, afinal, o verdadeiro intérprete é num caso Cervantes e, no outro, Charlie Chaplin. O arbitrista de vistas curtas vê a crise a curto prazo, mas do naufrágio de um mundo e dos seus valores surge uma genial tragicomédia.

(1) AHMB, «Cartes comunes originals», 1614-1615.

O drama de 1600 ultrapassa o âmbito espanhol e anuncia aquele século XVII tão duro para a Europa e no qual se reconhece hoje a «crise geral» de uma sociedade⁽¹⁾. Cervantes disse o adeus irónico, cruel e terno àquele modo de viver, àqueles valores feudais, cuja morte no mundo foi preparada involuntariamente pelos conquistadores espanhóis. Mas, paradoxalmente e à custa da ruína da Espanha, os conquistadores prepararam também a sobrevivência do feudalismo no seu país. O segredo do *Quixote* reside nesta dialéctica original do imperialismo espanhol.

II. O imperialismo espanhol, etapa suprema do feudalismo

Já no último terço do século XV, o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas no Ocidente da Europa colocou as primeiras exigências de mudanças sociais profundas⁽²⁾. Aumento do número de habitantes, extensão das culturas, técnicas novas, combinaram-se então de maneiras diversas consoante os países, mas com um primeiro resultado global: desvalorização das mercadorias correntes relativamente aos géneros raros e aos metais preciosos. O resultado disto foi uma dupla corrida: corrida em busca de tesouros e corrida à conquista de novos territórios. Portugal pareceu ganhar a primeira. A Espanha ganhou, finalmente, as duas de uma vez.

A conquista de Granada, as incursões em África e a descoberta das Ilhas ofereciam já à Castela dos Reis Católicos uns *tesouros*, umas *terras* e uma *mão-de-obra servil*. Fernando, o Príncipe de Maquiavel, instaurou o Estado moderno e mercantilista. À rica herança italo-flamenga, o império «onde o Sol nunca se punha» acabou por juntar, simultaneamente, a América das minas e o Oriente das especiarias. A Espanha pobre e atrasada de hoje obscurece a imagem daquela velha Espanha dominadora, cabeça de um dos mais poderosos imperialismos que jamais existiu.

Mas porquê a queda, ainda mais rápida do que a própria ascensão? Desde Montesquieu até à erudição moderna⁽³⁾, ter-se-á dito sobre o assunto muito mais do que haviam escrito os «arbitristas» de 1600? Aridez, desflorestação, decadência agrícola, emigração, expulsões, excesso de mãos mortas, de esmolas e de vocações eclesiás-

(1) Hobsbawm, «The General Crisis of European Economy in 17th century», *Past and Present*, n.º 5 e 6, 1954.

(2) Tudo confirma neste ponto a opinião de Engels (cf. carta a Lafargue, p. p. *Economie et politique*, Março de 1955, pág. 14).

(3) Vejam-se como últimos trabalhos os números especiais de *De Económica*, Madrid, Setembro e Dezembro de 1953 (sobre a decadência económica de Espanha), e Hamilton, «The decline of Spain», *Economic History Review*, VIII, págs. 168-179.

ticas, vagabundagem, desprezo pelo trabalho, mania nobiliária, fraquezas dos favoritos e dos reis: estas «causas da decadência» são demasiado numerosas para não adivinhar nelas a imbricação de *causas-efeitos*, a «crise geral» em que são *solidárias* uma importância política, uma incapacidade produtiva e uma putrefacção social.

Cantillon, embora esquematizando, viu melhor o fundo das coisas:

«Quando uma abundância demasiado grande de prata das minas diminuiu os habitantes de um Estado e acostumou os restantes a gastos exagerados, levou o produto da terra e o trabalho dos operários a preços excessivos, arruinou as manufacturas do Estado pelo uso que os proprietários da terra e os que trabalham nas minas fazem das estrangeiras, então a prata produzida nas minas passará necessariamente para o estrangeiro para pagar o que se importa; isso empobrecerá insensivelmente este Estado. Cessa então a grande circulação monetária que de início havia sido geral. A pobreza e a miséria fazem a sua aparição... Eis aqui, pouco mais ou menos, o que aconteceu em Espanha depois da descoberta das Índias.»⁽¹⁾

Análise notável, a de Cantillon, mas limitada aos mecanismos económicos puros. Para chegar ao social há que recorrer à terminologia marxista.

A conquista espanhola funda uma sociedade nova, porque institui o *mercado mundial* e porque permite — ao espalhar pela Europa um dinheiro barato — a *acumulação primitiva do capital*. Esta sociedade só pode, contudo, desenvolver-se contando com forças produtivas acrescidas e com relações sociais novas. É o que acontecerá no Norte da Europa. Em Espanha, pelo contrário, ou melhor *em Castela*, as classes dirigentes realizaram a conquista do Novo Mundo do mesmo modo que fizeram a Reconquista hispânica: *à maneira feudal*. Ocupar as terras, reduzir os homens à servidão, devastar os tesouros, tudo isso não prepara o «investimento» no sentido capitalista da palavra. Uma burguesia nascente poderia tê-lo feito, e de 1480 até 1550, aproximadamente, a burguesia não falta ao encontro. Só que, devido à sua posição no circuito do dinheiro, experimentou em primeiro lugar o capitalismo instável dos portos e das feiras. Por outro lado, as «forças produtivas» de que dispunha — terras, homens, inovações técnicas — tropeçaram a breve trecho, nas mesetas de Castela, com a lei dos rendimentos decrescentes. Daí o efeito esterilizante das injeções monetárias a partir de 1550. Gasta-se, importa-se, empres-

ta-se dinheiro a juros, mas produz-se pouco. Os preços e os salários dão grandes saltos. Desenvolve-se o parasitismo e a empresa morre. É a miséria para o dia de amanhã.

Mas convém não esquecer, como faz Cantillon, outra causa da ruína: o imperialismo também é um facto *político*. Se o dinheiro chegado das Índias a título privado apenas serve para saldar as importações estrangeiras, o que vem para o soberano é empenhado de avanço em Augsburg, e depois em Génova, nas mãos dos banqueiros. Também a grande política desvia do solo espanhol o fluxo que favorece na Europa a produção capitalista nascente. E, desde 1570, há que lutar contra os próprios súbditos do rei: abrindo o abismo das guerras da Flandres, os «gueux» lançam o repto da «nação» burguesa já mais avançada ao «império» católico e feudal de Filipe II. Assim, o imperialismo espanhol foi, na realidade, «a etapa suprema» da sociedade que ele próprio contribuiu para destruir. Mas, no seu próprio terreno, em Castela e por volta de 1600, o *feudalismo entra em agonia sem que nada exista em condições de substituí-lo*. E este drama perdurará. Ainda dura e, por isso, dom Quixote continua a ser um símbolo.

III. Os paradoxos de uma sociedade condenada

Não se apressem, neste ponto, a acusar-nos de dialéctica abstracta, pois, em tal caso, terão de acusar também os homens daquela época.

«E assim — diz o licenciado Martín González de Cellorigo — o não haver dinheiro, ouro nem prata em Espanha, é por havê-lo, e se não é rica, é por sê-lo: são duas contradições verdadeiras na nossa Espanha, e sobre um mesmo sujeito.»⁽²⁾

Este estremecimento da escolástica perante a história num arbitrista-teólogo do ano de 1600 será puramente formal? Não. O homem penetrou no cerne do problema melhor que Cantillon. *Opõe a massa parasitária à massa produtora*, e se exagera, sem dúvida, a importância daquela, pelo menos descobre claramente o jogo da dívida pública (os «juros») e da dívida privada (os «censos»), por cujo intermédio a garantia do dinheiro das Índias permitiu uma inflação de títulos-papel em Espanha. Antecipando-se a Lénine, Cello-

⁽¹⁾ Cantillon, *Essai sur la nature du commerce en général* (*), Edit. Ined, págs. 91-92.

⁽²⁾ Cellorigo, *op. cit.*, f. 29 r.

rito descreve-nos o que espera os povos que vivem de «cortar o cupão»:

«E assim ter acontecido deve-se apenas ao facto de a riqueza ter andado no ar, em papéis e contratos, censos e letras de câmbio, na moeda, na prata e no ouro, e não em bens que frutificam e atraem a si, por serem mais dignos, as riquezas de fora, sustentando as de dentro.»⁽¹⁾

O quadro de Cellorigo leva esta última pincelada:

«Até parece que se quis reduzir estes reinos a uma república de homens encantados que vivam fora da ordem natural.»

Isto foi escrito em 1600. A este «homem encantado que vive fora da ordem natural», Cervantes dará, em 1605, um nome imortal. Mas o espantoso é que Cellorigo tenha vinculado com tal força a superstrutura ilusória, mítica e mística do seu país e do seu tempo, ao carácter parasitário da sociedade, ao divórcio entre a sua maneira de viver e a sua maneira de produzir.

Contudo, o achado não é fortuito. Logo que a ilusão nascida das Índias e da inflação colide com a realidade da crise, ao dobrar do século, o jogo das «contradições» invade a obra dos escritores. A Espanha é rica e é pobre. A Espanha tem as Índias e é «as Índias do estrangeiro». A Espanha banqueteia-se e morre de fome. A Espanha mantém um império e tem já falta de homens. Adivinham-se os perigos destas antíteses para uma retórica nutrida simultaneamente da escolástica e de recordações latinas. Mas o que durante um certo tempo, pelo menos, salva o arbitrista da banalidade, é o seu comodador amor pela «república» e a sua esperança ingénua num retorno ao real.

Com efeito, as mais cinzentas das suas páginas aclaram-se subitamente com uma ternura angustiada quando o arbitrista escreve «a nossa Espanha», e é certamente com ele (e não antes, apesar de alguns diagnósticos precoces) que triunfam aquela *paixão de análise* e aquele sentimento de *insegurança vital* do espanhol perante a Espanha definidos, embora mal datados, por Américo Castro⁽²⁾. Aqui, como em toda a parte, a missão do historiador é «datar com rigor», em vez de generalizar precipitadamente. Por volta do ano de 1600, os *textos em série* — únicos testemunhos *colectivos* válidos — não param de exaltar as três realidades criadoras: *população, produção, trabalho*. Pelo contrário, a partir de 1620, e sobretudo depois de 1626, o pensamento refugia-se cada vez mais na mística ou na teoria, na

laudatio temporis acti, algumas vezes no repto ou no absurdo. No pico que separa estas duas correntes, Cervantes instala-se e sorri.

IV. Os fundamentos sociais do irrealismo espanhol

Valeria certamente a pena, embora nos falte espaço, aprofundar a análise dos fundamentos sociais deste «irrealismo» espanhol.

A polarização das fortunas, em diversos níveis, não cristaliza em nada que não se evapore rapidamente. As grandes rendas feudais ou coloniais permitem vidas de louco artifício: se as rendas baixam (como é o caso), o senhor fica assoberbado de dívidas. Assim acontece com os senhores dos mouriscos, e com o duque, hóspede faustoso de Dom Quixote e Sancho.

Na ordem burguesa, por volta de 1600, resta muito pouco das fortunas dos banqueiros e grandes mercadores do século XVI, pois «um banqueiro desta república abarca um mundo e abraça mais que o Oceano, embora às vezes se esforce tão pouco que deita tudo a perder⁽³⁾. Mas já o filho do mercador em falência Guzmán de Alfarache se converteu em «pícaro», e acabará condenado às galés.

Existe, é certo, o poderoso local. Vários aldeãos de Cervantes têm o sobrenome de «Rico», que define uma excepção típica: o lavrador capaz de acumular, usurário, colector de impostos, açambarcador nos momentos de fome. Mas o universal *kulak*, sempre burguês em potência, é aqui condenado pela inflação ao papel de «novo rico» perpétuo: o seu dinheiro é ganho e desvaloriza-se tão depressa que parece melhor gastá-lo em bodas pantagruélicas. Se assim não for, emprestá-lo-á a juros altos, mas sempre a maus pagadores: miseráveis (o camponês pobre *deve* contrair dívidas) ou poderosos (incluindo o rei). Empreender um negócio não liquidaria a conta. Portanto, e à maneira antiga, «o rico *come, tem serviços, convida, dá, rouba, deixa-se roubar*. Por posição e conjuntura (não por religião ou temperamento), a sociedade espanhola de 1600, *antítese da sociedade puritana*, volta as costas à poupança e ao investimento.

«O rico *come*, e a tal ponto que os médicos se inquietam. Porém, o doutor Herrera, que se intitula «médico das galeras, do rei e do reino», apenas se atreve a propor como limite das comidas uns quatro ou seis pratos, tantos de entradas como de sobremesas. Ditoso limite!⁽³⁾. Mas, infelizmente, os chamados a estes festins não são

⁽¹⁾ *Ibid.*

⁽²⁾ Américo Castro, *La realidad histórica de España*, México, 1954, cap. I.

⁽¹⁾ Frei Tomás de Mercado, *Summa de tratos y contratos*, Sevilha, 1571, IV, pág. 67.

⁽²⁾ Herrera, *Remedios para el bien de la salud del cuerpo de la República*, 1610, f. 15 r.

numerosos. A massa famélica *sonha* unicamente com recolher as migalhas destes banquetes, ou ter acesso aos mesmos por casualidade, como Sancho quando se converte em governador. (E como se compreende que Sancho acolha mal o médico encarregado de vigiá-lo à mesa!) Fome e fartura são igualmente os pólos dos sonhos do «pícaro».

O espanhol, mesmo não sendo muito rico, *tem serviçais*. Desde sempre o mendigo cego teve o seu criado⁽¹⁾. O humanista que a Inquisição encerra num convento tem quatro servidores⁽²⁾. Os arbitristas assinalam o uso da «gorjeira» como uma calamidade, pois isso exigia criados especializados muito bem pagos e tal qualidade dobrava o seu custo (uns 250 reais) à quinta ou sexta vez que era pragueada e engomada⁽³⁾. «Servir um amo» rende tanto como «exercer um ofício», e quantos ofícios não são mais que simples «serviços»! Gostaríamos de poder exprimir em números a passagem de população activa, na Espanha do século XVI, para o sector não produtivo; para esse sector «terciário» hoje referido com frequência como medida e resultado do progresso, e que então era apenas indício do parasitismo social e da decadência que este acarreta.

O espanhol dá. E os bens da Igreja, que se acumulam, alimentam um número crescente de não produtores. Mas o nascimento do capitalismo exige que o mendigo se converta em assalariado. Esta transformação, embora desejada por alguns espanhóis⁽⁴⁾, fracassa em Espanha. Não foi um «temperamento» que a eliminou, mas um clima económico em que o rico podia facilmente ser generoso e em que o pobre tinha mais interesse em viver ao sabor do acaso do que em receber um salário pouco estimulante face aos preços e às contingências.

Por último, o espanhol *rouba e deixa-se roubar*. «O desvio» ou rapina que o criado impõe às finanças do amo é descrito como usual a todos os níveis⁽⁵⁾: família, comunidade, administração. Cervantes, antigo soldado a quem foi dado o cargo de cobrador, praticou-o com pouca habilidade pois foi parar à cadeia. Como ele próprio dirá, «a necessidade», por um lado, e «a ocasião», por outro, podem levar às galés. Por isso Dom Quixote liberta os galeotes⁽⁶⁾. Na Catalunha, país fronteiriço, mais dinâmico (e menos caritativo), a dissidência social dá mais origem ao bandoleiro que ao mendigo ou ao «pícaro»;

as quadrilhas, vinculadas aos clãs aristocráticos, têm os seus agentes nos gabinetes oficiais e nos bancos⁽⁷⁾, os quais lhes indicam a rota das caravanas de moeda boa (a falsa — «bosqueteira» — fazia-se nos bosques).

Em resumo, uma sociedade em que abunda o pitoresco, e mais afável, sob alguns aspectos, do que a sociedade puritana; mas, sob outros aspectos, podre e, de qualquer modo, condenada. A lei da produção que noutras partes constrói mais depressa é inexorável. Desvinculada da realidade, a Espanha de 1600 prefere *sonhar*.

Cellorigo, Deça e inclusive Cervantes dizem-nos que, para viverem melhor, os seus patrícios se atreveram a contar com o sonho não apenas na questão da expulsão dos mouriscos, mas também na *da peste*⁽⁸⁾. A contar com a herança dos seus vizinhos, sem dúvida porque o tio da América se mostra menos generoso. Pois, na verdade, tudo tem a sua origem na miragem das Índias. A Espanha, diz Deça, só foi verdadeiramente florescente «quando esta Monarquia terminava nos seus mares e Pirenéus, não tendo os seus naturais outra coisa com que divertir-se nem que aspirar a novas andanças por mar e esperanças para além do benefício das suas terras e gados, pescas e demais artifícios dos produtos da sua lavoura⁽⁹⁾».

É esse o conselho da ama de Dom Quixote a Sancho: «Ide governar vossa casa e cuidar do vosso pecúlio e deixai-vos de aspirar a ilhas e ilhéus»⁽⁴⁾.

O conselho de Cervantes é dirigido tanto a Sancho, ao povo espanhol que espera ganhar algo seguindo a ambição dos seus amos, como a Dom Quixote, o amo que extrai dos livros uma versão idealista da aventura dos seus antepassados.

Os livros: é este o último ponto a considerar. O avolumar do sector «terciário» não produtivo na sociedade espanhola não provém exclusivamente dos serviços materiais, mas também dos «encantadores» intelectuais, no melhor e no pior sentido. Há os juristas⁽⁵⁾, os arbitristas: os maus mais ouvidos do que os bons. Há também os fornecedores de lendas. Um furacão de literatura sacode a Madrid de Filipe III. Nela se encontra o mais perfeito dos poetas puros, pois Góngora é exactamente da época que acabamos de descrever. E também o maior dos novelistas «negros»: Mateo Alemán, que em 1599

(1) O «moço cego», herói de *Lazarillo*, primeira novela picaresca.

(2) M. Bataillon, *Erasmus et l'Espagne*, México, II, pág. 51.

(3) Lison e Viedma, *Discursos y apuntamientos*, 1622, I.

(4) Assim o entendia, nas controvérsias de 1545, o muito moderno Juan de Medina e, em 1599 (embora com outro espírito) o doutor Herrera, *Amparo de los pobres*.

(5) Herrera, *op. cit.*: «quando os pratos chegam à mesa já desviaram e furtaram metade do seu valor...».

(6) *Don Quijote*, I, 22.

(7) Soler i Terol, *Perot Rocaguinarda*, Manresa, 1909; Carrera Pujal, *Historia económica y política de Cataluña*, II, 4; e J. Reglá Campistol, em *Estudios de Historia Moderna*, IV, 1954, págs. 197-199.

(8) Cellorigo, *op. cit.*, 1.^a parte; Cervantes, *Coloquio*, fragmento citado na nota

(9) Lope de Deça, *Gobierno de Agricultura*, 1618, f. 22 r.

(4) *Don Quijote*, II 2.

(5) Deça, *op. cit.*, f. 26 v. As Faculdades de Direito privam a agricultura de braços.

e 1604 publicou as duas partes de *Guzmán*. E encontra-se ainda Lope, sendo o teatro a única das produções nacionais que, felizmente, cobre as necessidades do mercado. E tanto a elite e a Corte como as massas e a província se mostram ávidas de literatura; mas à falta de algo melhor, «encantam-se» com o picaresco bufarinheiro, com a série cor-de-rosa do bucólico ou a série das aventuras cavalheirescas. As vilórias espanholas «vivem» das proezas dos títeres, como hoje dos «westerns» mais antiquados. Qualquer evasão é boa. E os mais loucos são os mais ociosos, como Dom Quixote.

Assim, no declínio de uma sociedade gasta pela história, num país que levou as suas contradições ao ponto mais extremo, no momento em que uma crise aguda descobre as suas taras, em que os que vivem ociosamente, o proprietário arruinado, o bandoleiro sedutor, o mendigo folgazão, percorrem ruas e caminhos, em que o clérigo se nutre de arte pura e o homem médio de literatura barata, nesse momento surge uma obra-prima que fixa em imagens o contraste tragicómico entre as superestruturas míticas e a realidade das relações humanas. A obra é um passatempo: velhas anedotas, mímica clássica. E é também um «pastiche», que ultrapassa em cada tema os seus elevados modelos. Não «pinta» o mundo, mas, melhor do que um tratado erudito, desmonta os seus mecanismos, tão inteligente é cada um dos seus traços. E também porque «a alma deste mundo sem alma» é o títere esmagado sob os golpes e cheio de sonhos que, sob o dilacerado manto de honorabilidade de outrora, vive vinte vidas (e um único amor), defende a honra, a fraqueza, a amizade, a pátria, cativa os príncipes, dirige grandes discursos ao mundo. Anacrónico, e por isso ineficaz, mas afirmação de bondade, reserva de simpatia e, portanto, consoladora garantia para o amanhã. E o velho mundo, desde o delicado amante de poesia pura até àquele que é ameaçado pela fome, reconhece-se na obra e ama-se no seu herói. A crise produziu um intérprete à sua altura.

Disse 1605-1615, Cervantes, Dom Quixote, a armadura e o elmo. Mas poderia ter dito 1929-1939, Charlie Chaplin, Charlot, o casaco preto, o chapéu de feltro e a bengala. Nunca duas obras se aparentaram tanto. Nelas estão captadas do mesmo modo as duas grandes etapas da história moderna. E admiraríamos menos Cervantes se não fôssemos homens da época de Charlie Chaplin.

Mas não insistamos demasiado nisso. Não vá algum ministro ficar persuadido de que Chaplin e Cervantes, esses «bobos», esses pintores de «carácter», são também «novelistas sociais». Talvez os considerassem perigosos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
I. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ANÁLISE HISTÓRICA	13
I. Pensamento económico e pensamento histórico face aos problemas do desenvolvimento	14
A. Resenha das principais posições dos economistas	14
1. Desenvolvimento e regressão nos «primórdios» da economia	14
2. Desenvolvimento e regressão em Smith e em Marx	16
3. Os «modelos» de desenvolvimento	18
4. Os últimos vinte e cinco anos: a tentação da história	20
B. Resenha das tentativas dos historiadores e projectos de sistematização	24
1. História clássica e «desenvolvimentos»	24
2. História económica e desenvolvimento	25
3. Projectos de sistematização	26
II. Da observação à interpretação: programa de análise, temas de investigação	28
I. O número dos homens	29
A. Estádio da observação. A demografia como índice	29
1. O balanço quantitativo global	29
2. Os balanços de estrutura	29
B. O estágio da interpretação	31
1. O balanço demográfico como consequência	31
2. As modificações demográficas como factor	34
II. A produção dos bens	38